



1998

REQUERIMENTO

Nº 195

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja transcrito o artigo "*O olhar da Anistia Internacional sobre o Brasil*" de autoria da advogada Kátia Costa Pereira, publicado no Diário de Pernambuco, do último dia 26 do corrente, em anexo.

JUSTIFICATIVA

Temos neste artigo uma correta análise do relatório anual da Anistia Internacional acerca da situação dos direitos humanos no mundo, entre janeiro e dezembro de 1997.

A Dra. Kátia Pereira, advogada do GAJOP, destaca o fato da Anistia Internacional ser a maior entidade de defesa e promoção dos direitos humanos no mundo. E, sabemos nós, que por sua credibilidade, seus relatórios são sempre levados em consideração, pelos mais relevantes organismos internacionais.

O Brasil, segundo a articulista, continua expondo ao resto da comunidade internacional suas graves mazelas, nesta área. No entanto, o relatório abre espaço para elogiar algumas iniciativas desenvolvidas, seja pelo governo da União, seja via o Congresso Nacional. Entre elas, a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a tipificação do crime de tortura.

Pernambuco, lamentavelmente, foi incluído no relatório em função da "Chacina de Cavaleiro", envolvendo 19 policiais civis, em que 5 suspeitos foram mortos em uma situação que leva a acreditar na ocorrência de uma execução extra-judicial. Além do caso do adolescente Magnaldo de Aguiar, obrigado por PM's a entrar em um tanque com solução ácida, que resultou em queimaduras de terceiro grau pelo seu corpo.

A Dra. Kátia, que alia como poucas pessoas o saber técnico e a coragem pessoal, termina sua análise dizendo: "*este, de fato, é um documento que nos remete à reflexão. Se diante do conjunto das nações, nos cobre de vergonha ante tanta violência e impunidade, ao mesmo tempo nos leva a buscar mecanismos*



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

capazes de estancar a violência institucional que somos obrigados a enfrentar no nosso dia a dia."

Da aprovação deste, dê-se conhecimento, do seu inteiro teor, a Kátia Costa Pereira no Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações populares – GAJOP- na sua sede na rua do Apolo, 161- 1º andar Recife-PE, CEP : 50.030-220

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 29 de junho de 1998


Waldemar Borges
VEREADOR-PPS

<input checked="" type="checkbox"/>	DIÁRIO DE PERNAMBUCO
<input type="checkbox"/>	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
<input type="checkbox"/>	DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
<input type="checkbox"/>	FOLHA DE PERNAMBUCO
<input type="checkbox"/>	_____

PAG.: 15
DATA: 26/06/1998
U. F. PE

O Olhar da Anistia Internacional sobre o Brasil

Kátia Costa Pereira

A Anistia Internacional acaba de publicar seu relatório anual acerca da situação dos direitos humanos no mundo, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 1997. São violações que se seguem a cada página e a cada país analisado. O relatório expõe as mazelas do mundo e, naturalmente, as chagas brasileiras também.

Seria oportuno se nos detivéssemos especificamente nas impressões que a maior entidade de defesa e promoções de direitos humanos lança sobre o Brasil neste momento.

Para nossa satisfação, a Anistia Internacional inicia os seus comentários sobre o nosso País reconhecendo significativos esforços desenvolvidos pelo Governo Federal para a redução de violações aos direitos humanos, a começar pela criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no seio do Ministério da Justiça.

Cita vários projetos de Lei de iniciativa do Executivo em discussão no Congresso Nacional, que acredita a Anistia em vindo a ser implantados, poderiam reduzir a impunidade nos casos de violações aos Direitos Humanos e dá como exemplos a reforma do Código Penal, da polícia, do sistema de justiça criminal e do Judiciário e, por fim, a criação de um programa nacional de proteção a testemunhas (este assunto, aliás, de particular interesse do Gajop, criador do

vura" implantado pelo governo carioca, quando, na verdade, a maioria das vítimas foi atingida na cabeça ou nas costas, o que denuncia não ter havido resistência à prisão, consequentemente, não poderia ter havido qualquer embate, sugerindo a execução pura e simples.

De Pernambuco, o relatório destaca a "Chacina de Cavaleiro", envolvendo 19 policiais civis, em que cinco suspeitos foram arrastados à força de suas casas, algemados e executados. Destaca, ainda, a agressão praticada por policiais militares contra o adolescente Magnaldo de Aguiar, obrigado a entrar em um tanque com solução ácida, que resultou em queimaduras de terceiro grau pelo corpo.

O Relatório segue por diversas páginas citando crimes violentos. São relatados casos a mais casos de execuções extrajudiciais; ataques violentos contra populações indígenas; execuções de agricultores relacionadas à luta por reforma agrária; ameaças contra defensores de direitos humanos; o assassinato e extorsões de populares em Diadema e na Cidade de Deus, mostrados na TV. Um ponto em comum dessas denúncias é a marcante participação de policiais. Outra característica que se sobressai é a quase que absoluta impunidade.

Algumas exceções são lembradas, como a condenação dos policiais envolvidos no "Massacre de Vigário Geral". Ou a

primeiro programa de proteção a testemunhas, no Brasil)

Mereceu destaque especial a tipificação do crime de tortura, lembrando que esta era uma providência aguardada desde 1989, quando o Brasil tornou-se signatário da Convenção Contra a Tortura e outras Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, das Nações Unidas.

A Anistia Internacional refere-se ao Relatório publicado em dezembro de 1997 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como resultado da primeira visita feita por aquela Comissão ao Brasil - o Estado de Pernambuco foi incluído naquela visita - e, dentre outras observações, destaca a insatisfação pelo fato de até o momento o Brasil, inexplicavelmente, ainda não ter se submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Voltando às impressões da própria Anistia, esta respeitadíssima instituição torna a falar no assassinato de centenas de pessoas por policiais ou grupos de extermínio ligados a órgãos de segurança, em circunstâncias que levam a acreditar na ocorrência de execuções extra-judiciais. O relatório se detém no crescimento do número de vítimas de tiros fatais disparados por premiação por "atos de coragem e bra-

prisão de policiais acusados de participação no "Massacre de Eldorado de Carajás".

O Relatório denuncia ao mundo as suspeitas que pairam sobre o processo contra José Rainha Júnior, líder do MST, acusado de duplo homicídio no Estado do Espírito Santo. Agora, aguardando novo julgamento, já que o primeiro foi anulado. Graças à forma com que vem sendo conduzido o processo, em desatenção a princípios de básicos de imparcialidade, uma condenação de José Rainha, o colocaria na condição de prisioneiro de consciência ante a comunidade internacional.

As péssimas condições de encarceramento, as torturas, os abusos e os maus-tratos praticados contra detentos em delegacias e prisões também são abordados pelo Relatório.

Este, de fato, é um documento que nos remete à reflexão. Se, diante do conjunto das nações, nos cobrem de vergonha ante tanta violência e impunidade, ao mesmo tempo nos leva a buscar mecanismos capazes de estancar a violência institucional que somos obrigados a enfrentar no nosso dia a dia.

■ Advogada do Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares